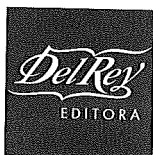


STJ00096644

ROSIMEIRE VENTURA LEITE

Doutora em Direito Processual Penal pela Universidade de São Paulo (USP),
Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC),
Especialista em Ciências Criminais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),
Professora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
e Juíza de Direito (TJPB).

**JUSTIÇA CONSENSUAL E
EFETIVIDADE DO PROCESSO PENAL**



Belo Horizonte
2013



Copyright © 2013 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.
Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

EDITORA DEL REY LTDA.
www.livrariadelrey.com.br

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza

Editora Assistente: Waneska Diniz

Coordenação Editorial: Wendell Campos Borges

Diagramação: Lucila Pangracio Azevedo

Revisão: RESPONSABILIDADE DA AUTORA

Capa: CYB Comunicação

Editora / MG

Av. Contorno, 4355 – Funcionários
Belo Horizonte – MG – CEP 30110-027
Tel: (31) 3284-5845
editora@delreyonline.com.br

Conselho Editorial:

Alice de Souza Birchal
Antônio Augusto Caçado Trindade
Antonio Augusto Junho Anastasia
Aroldo Plínio Gonçalves
Carlos Alberto Penna R. de Carvalho
Celso de Magalhães Pinto
Edelberto Augusto Gomes Lima
Edésio Fernandes
Fernando Gonzaga Jayme
Hermes Vilchez Guerrero
José Adércio Leite Sampaio
José Edgard Penna Amorim Pereira
Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior
Misabel Abreu Machado Derzi
Plínio Salgado
Rénan Kfuri Lopes
Rodrigo da Cunha Pereira
Sérgio Lellis Santiago

L533j Leite, Rosimeire Ventura

Justiça consensual e efetividade do processo penal. / Rosimeire Ventura Leite. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

xvi, 320 p.

ISBN: 978-85-384-0300-5

1. Consenso, Brasil. 2. Processo penal, consenso, Brasil. 3. Sistema penal, Brasil. 4. Ação penal, Brasil. 5. Transação (processo penal), Brasil. 6. Justiça, Brasil. I. Título.

CDU: 343.1(81)

Nilcéia Lage de Medeiros
Bibliotecária
CRB6: 1545

9784649

SUMÁRIO

PREFÁCIO	xv
INTRODUÇÃO	1
1 PROCESSO PENAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	7
1.1 GLOBALIZAÇÃO E PÓS-MODERNIDADE.....	7
1.2 DIREITO E PÓS-MODERNIDADE	11
1.3 SISTEMA JURÍDICO-PENAL E PÓS-MODERNIDADE	13
1.3.1 Direito penal	13
1.3.2 Direito processual penal.....	16
2 JUSTIÇA CONSENSUAL PENAL: CONSIDERAÇÕES GERAIS	21
2.1 DELIMITAÇÃO CONCEITUAL	21
2.2 CARACTERÍSTICAS DO CONSENSO NO PROCESSO PENAL.....	24
2.3 PRINCIPAIS PROBLEMAS DO CONSENSO NO ÂMBITO CRIMINAL	28
2.3.1 Renúncia a direitos e garantias fundamentais.....	29
2.3.2 Verdade consensual.....	35
2.3.3 Obrigatoriedade e oportunidade da ação penal.....	40
2.3.4 Diminuição dos poderes do magistrado	41

2.3.5 Contratualização do processo penal	42
2.4 CAUSAS DA EXPANSÃO DO CONSENSO NO PROCESSO PENAL	45
2.5 JUSTIÇA CONSENSUAL E MODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS	47
2.6 JUSTIÇA CONSENSUAL E JUSTIÇA RESTAURATIVA	53
2.7 CONSENSO, CELERIDADE E FORMAS DE SIMPLIFICAÇÃO DO PROCESSO	61
2.8. FUNDAMENTOS CRIMINOLÓGICOS E POLÍTICO-CRIMINAIS DA JUSTIÇA CONSENSUAL	63

3 JUSTIÇA CONSENSUAL PENAL NA EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA	71
3.1 JUSTIÇA NEGOCIADA NOS ESTADOS UNIDOS	72
3.2 REFORMAS EUROPEIAS EM DIREÇÃO AO CONSENSO ..	80
3.2.1 Alemanha	82
3.2.2 Espanha	85
3.2.3 Itália	93
3.2.4 Portugal	108
3.2.5 França	115
3.3 JUSTIÇA CONSENSUAL NA AMÉRICA LATINA	127
3.3.1 Código-Modelo para Ibero-América	130
3.3.2 Consenso nas reformas processuais latinoamericanas	132

4 JUSTIÇA CONSENSUAL PENAL NO BRASIL	143
4.1 ANTECEDENTES LEGISLATIVOS	144
4.1.1 Juizado especial de pequenas causas	144
4.1.2 Constituição Federal de 1988	148
4.1.3 Iniciativas estaduais	149
4.2 PERFIL DA JUSTIÇA CONSENSUAL NA LEI N. 9.099/95	150

4.3 INSTITUTOS REPRESENTATIVOS DO MODELO CONSENSUAL NA LEI N. 9.099/95	154
4.3.1 Composição civil	155
4.3.2 Transação penal	157
4.3.3 Suspensão condicional do processo	183
4.4 PERFIL DA JUSTIÇA CONSENSUAL NO PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	192
4.4.1 Revogação parcial da Lei n. 9.099/95 e inovações no rito dos juizados.....	193
4.4.2 Composição civil	196
4.4.3 Transação penal	197
4.4.4 Suspensão condicional do processo	200
4.4.5 Procedimento sumário.....	202
4.5 CRÍTICAS AO MODELO CONSENSUAL DA LEI N. 9.099/95	203
4.5.1 Violação de direitos e garantias constitucionais processuais	204
4.5.2 Privatização da justiça penal.....	212
4.5.3 Caráter coativo da transação	213
5 MODELO CONSENSUAL BRASILEIRO NO CONTEXTO DAS NORMAS POSTERIORES À LEI N. 9.099/95	217
5.1 CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI N. 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997).....	217
5.2 LEI DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE (LEI N. 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998).....	220
5.3 CONTROVÉRSIAS SOBRE A APLICAÇÃO DOS INSTITUTOS DA LEI N. 9.099/95 À JURISDIÇÃO MILITAR (LEI N. 9.839, DE 27 DE SETEMBRO DE 1999).....	222
5.4 JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E A REDEFINIÇÃO DAS INFRAÇÕES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO (LEI N. 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001)	223

5.5 ESTATUTO DO IDOSO (LEI N. 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003).....	224
5.6 NOVO CONCEITO DE INFRAÇÃO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO E ALTERAÇÕES NO REGIME DE CONEXÃO E CONTINÊNCIA DE DELITOS (LEI N. 11.313, DE 28 DE JUNHO DE 2006).....	227
5.7 LEI MARIA DA PENHA: O PROBLEMA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (LEI N. 11.340, DE 07 DE AGOSTO DE 2006).....	230
5.8 LEI ANTIDROGAS (LEI N. 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006).....	234
5.9 MICRORREFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL .	236
5.10 PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E OUTRAS PROPOSTAS DE MODIFICAÇÃO DA LEI N. 9.099/95	237
5.11 SÍNTESE CONCLUSIVA	242

6 JUSTIÇA CONSENSUAL NA PERSPECTIVA DA EFETIVIDADE DO PROCESSO PENAL.....	245
6.1 EFETIVIDADE, EFICIÊNCIA E EFICÁCIA: CONTEXTUALIZAÇÃO TERMINOLÓGICA	245
6.2 EFETIVIDADE, EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DO PROCESSO PENAL.....	248
6.3 ELEMENTOS DO PROCESSO PENAL EFETIVO.....	253
6.4 EFETIVIDADE DO PROCESSO E INSTITUTOS CONSENSUAIS DA LEI N. 9.099/95.....	257
6.4.1 Proximidade e participação	258
6.4.2 Adequação procedimental.....	259
6.4.3 Flexibilização do princípio da obrigatoriedade da ação penal.....	261
6.4.4 Proteção dos interesses da vítima	263

7 JUSTIÇA CONSENSUAL PENAL: DO MODELO À PRÁTICA.....	271
7.1 PROBLEMAS PRÁTICOS DA JUSTIÇA CONSENSUAL PENAL BRASILEIRA.....	273
7.2 MEDIDAS COMPLEMENTARES AO MODELO CONSENSUAL.....	276
7.2.1 Reforma na administração da justiça.....	277
7.2.2 Descriminalização dos delitos de bagatela e aplicação do princípio da insignificância	279
7.2.3 Estruturação de práticas restaurativas	284
7.2.4 Definição de uma política criminal do consenso.....	288
7.3 ANÁLISE DO SISTEMA CONSENSUAL PENAL BRASILEIRO E PROPOSTA DE REDIRECIONAMENTO..	289
7.3.1 Consenso como alternativa ao exercício da ação penal.....	291
7.3.2 Consenso como alternativa ao rito	292
CONCLUSÃO	297
REFERÊNCIAS	303